



Tributos crescem ainda mais e alimentam gasto do governo

Síntese: *Apenas em um semestre, o governo federal elevou suas receitas em R\$ 45 bilhões – mais do que previa arrecadar com a CPMF em todo o ano. De janeiro a junho, sem considerar as receitas previdenciárias, os brasileiros pagaram R\$ 76 bilhões a mais à União, quando comparados aos números de igual período de 2002. Isso representa crescimento de 44% acima da inflação. O excesso de receita poderia ajudar a frear a escalada da inflação, mas o que se vê são gastos cada vez maiores por parte da gestão Lula. Os recordes recorrentes de arrecadação comprovam que qualquer medida que redunde em aumento de carga tributária é injustificável e abusiva.*

Quando sofreu sua mais acachapante derrota parlamentar, ao ver a prorrogação da CPMF ser rejeitada pelo Senado em dezembro do ano passado, o presidente Lula disse que precisaria “cortar na carne” para não sacrificar os gastos com saúde. A realidade vem mostrando que o argumento oficial em prol do tributo era mera falácia. Mesmo sem o imposto do cheque, o governo federal arrecada como nunca. A pergunta que se faz é: por que esta receita em constante expansão não reverte em mais benefícios para a população brasileira como um todo?

Os resultados mais recentes da Receita Federal comprovam que o governo pode prescindir de aumentos de impostos. Mais que isso, indicam que é possível aproveitar a arrecadação extra para equilibrar melhor as contas públicas e, com isso, ajudar no combate à inflação sem que o país seja submetido a doses ainda mais cavalares de juros. A postura oficial tem sido, porém, completamente distinta: os gastos correntes continuam em alta e, em reiteradas ocasiões, o governo Lula dá mostras de que não tem a menor intenção de freá-los.

No primeiro semestre do ano, os brasileiros pagaram R\$ 333,2 bilhões em tributos federais, incluindo previdência. Já considerada a inflação, o aumento sobre igual período de 2007 foi de 10,43%. Isso significa que o ritmo de expansão da arrecadação federal é duas vezes maior do que o da mais otimista previsão de crescimento da economia para este ano. O resultado é claro: cidadãos e empresas estão pagando mais tributos ao governo.

Quem paga a conta

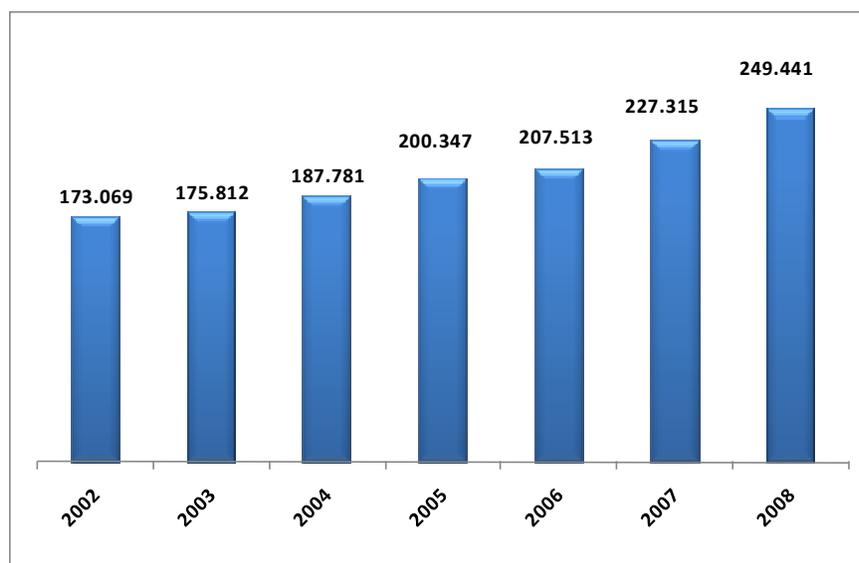
Em valores correntes, ou seja, sem considerar a inflação do período, os brasileiros deixaram R\$ 45,3 bilhões a mais nos cofres federais nesta primeira metade de 2008. A cifra já supera o que os cálculos oficiais estimavam arrecadar com a CPMF em todo este ano (R\$ 39 bilhões). Mas é certo que o ganho extra não vai parar por aí, até porque a cada mês repetem-se os recordes de recolhimento da Receita. Prognósticos oficiais dão conta de que a arrecadação deste ano ficará pelo menos R\$ 74 bilhões acima da de 2007.

O Instituto Teotônio Vilela fez alguns cálculos para ilustrar quanto o brasileiro está, efetivamente, pagando a mais de tributo no governo Lula. Para isso, foi

preciso, primeiro, uniformizar as bases estatísticas – já que, desde abril de 2007, com a criação da Receita Federal do Brasil, os números do fisco passaram a computar também as receitas previdenciárias. Nas estimativas também foi considerada a inflação do período, para evitar distorções e mostrar o montante que, de fato, se recolhe a mais hoje.

Os resultados obtidos revelam que a sanha arrecadatória tem sido a tônica desta gestão. Sem considerar as receitas previdenciárias, a arrecadação do primeiro semestre de 2008 somou R\$ 249 bilhões (*ver gráfico*). Nos primeiros seis meses de 2002, ainda na gestão tucana, o total recolhido foi de R\$ 173 bilhões, já computada a inflação. Isso representa um aumento de 44%, em termos reais, o que significa um avanço extra de R\$ 76 bilhões no bolso do contribuinte. Até agora, a média de crescimento real é de 6,3% ao ano.

Escalada tributária (em R\$ milhões)*



*Arrecadação de tributos federais, exceto receitas previdenciárias, no primeiro semestre de cada ano. Preços constantes de junho de 2008 – deflacionados pelo IPCA. Elaboração: ITV. Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Com números assim, não surpreende que assalariados sofram na carne o avanço do fisco. O crescimento do imposto de renda de pessoas físicas tem sido constante. Neste semestre, o aumento foi de 12% acima da inflação. Em termos reais, foram recolhidos R\$ 1,2 bilhão a mais. Nos últimos quatro anos, as pessoas físicas deixaram cerca de R\$ 56 bilhões extras para o leão.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o brasileiro trabalhou 148 dias neste ano apenas para pagar impostos e contribuições. Em comparação com a marca verificada no início da atual gestão, já são duas semanas adicionais. O padrão brasileiro é similar ao da França; em economias emergentes como Argentina, Chile e México, a média está entre 90 e 97 dias.

Mais superávit, menos inflação

O mais grave, porém, é o destino que tem sido dado aos impostos a mais que os cidadãos pagam. O ideal seria reverter a escalada tributária, liberando mais oxigênio para empresas investirem e mais recursos para o bem-estar das pessoas. Em época de ameaça inflacionária, porém, caberia à autoridade monetária outra opção, que, embora não redundasse em benefício imediato

para o bolso dos contribuintes e o caixa das firmas, contribuiria para a melhor saúde econômica do país: elevar a poupança feita pelo setor público.

Isso traria dois efeitos positivos, com ganhos diretos para toda a população e o setor produtivo: a redução da dívida pública e seus enormes encargos, e a diminuição da demanda interna, com conseqüências positivas sobre o comportamento dos índices de preços. Ou seja, já que se recusa a reduzir a carga, o governo poderia elevar o superávit primário e contribuir para segurar a inflação, deixando de jogar sobre os ombros da política monetária (aumento de juros) toda a tarefa de frear a expansão do custo de vida.

O rigor fiscal está, porém, longe das prioridades e, mais ainda, da prática cotidiana do governo Lula. O que se vê é o oposto. O atual momento tem sido usado para elevar os gastos correntes, em especial salários e contratações. Com isso, a gestão petista deixa de beneficiar os que pagam impostos – e nestas condições estão todos os que trabalham e consomem – para privilegiar uma minoria. As despesas primárias devem crescer 12% este ano, infladas pelos polpidos reajustes salariais reservados ao funcionalismo – a capitulação diante da greve dos Correios é apenas o mais recente exemplo desta política.

No Brasil de hoje, mais imposto tem se traduzido tão-somente em mais gasto público. Na mesma semana em que divulgou a nova arrecadação recorde de tributos, o governo federal anunciou que liberará mais R\$ 1,2 bilhão para serem gastos pelos ministérios. Isto porque já vê folga de R\$ 15,4 bilhões em suas contas neste ano, conforme relatório recém-enviado ao Congresso.

Diante do quadro, resta constatar que, este ano, mais uma vez, a carga tributária brasileira sofrerá novo aumento: pelas estimativas do IBPT, deverá atingir 38,9% do PIB. São quase seis pontos percentuais a mais do que em 2002. Pelo andar da carruagem, segundo o mesmo prognóstico, em 2010 os brasileiros estarão deixando nos cofres de União, estados e municípios quase 41% das riquezas produzidas.

Também parece claro que qualquer medida que redunde em elevação dos tributos pagos é extemporânea, inoportuna e abusiva. Se mais motivos não houvesse, os seguidos recordes de arrecadação são razão suficiente para que, tão logo os trabalhos legislativos sejam retomados, o Senado rejeite a criação da Contribuição Social para a Saúde. O governo tem dinheiro de sobra para oferecer melhores serviços, e não só de saúde, para a população – cada vez mais cansada de pagar mais impostos em troca de cada vez menos benefícios.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br